

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

AGENTE DE TRATAMENTO CONTROLADOR

Versão 1.0

Novembro 2022



		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
- 25		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

AGENTE DE TRATAMENTO CONTROLADOR

A **Central 24 Horas** reconhece a importância de demonstrar aos Titulares, Autoridades, ao Mercado e à Sociedade em geral, que a Ética, Integridade, Inovação, Transparência, Qualidade, Respeito aos Colaboradores e às Leis e valores que há décadas guiam a nossa trajetória, também são as motrizes no desempenho das atividades de tratamento de dados pessoais.

Com o objetivo de demonstrar, de forma simples e transparente, a compreensão de todos os stakeholders sobre como protegemos a privacidade e os dados pessoais em nossos processos, sistemas, serviços e soluções, publicizamos as nossas **Diretrizes de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais** (sob Compromissos e Políticas) de forma direcionada¹.

Somos engajados na prática da atividade empresária em benefício de toda a sociedade. Para Nós, o conhecimento e o cumprimento das leis são fatores essenciais na manutenção da paz social, na promoção de justiça, na cooperação entre as pessoas capaz de produzir impactos positivos aos desafios da sociedade contemporânea. Por essa razão, no legítimo exercício de nossa função social, contribuímos de forma responsável, transparente e coerente na disseminação do conhecimento sobre privacidade e proteção de dados pessoais.

Acreditamos que, para que uma Pessoa Natural exerça os próprios direitos de forma livre e consciente, é necessário compreender um pouco mais sobre a Lei 13.709/2018, uma Lei que tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Além disso, a lei também tem como fundamento, dentre outros, a livre iniciativa, que, segundo a Constituição Federal Brasileira é Princípio Geral da Atividade Econômica e, esse

¹ Se Você deseja conhecer os nossos **Avisos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais em relação aos nossos Colaboradores** (as) e aos **Candidatos (as)** que desejam concorrer às nossas oportunidades, consulte os documentos específicos disponíveis em nosso Portal da Privacidade. Se Você deseja conhecer a nossa **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais — Agente de Tratamento Operador** para avaliar as nossas práticas operacionais e legais, quando da atuação como **Operadora das Atividades de Tratamento de Dados Pessoais**, o documento próprio e específico, também está publicizado e acessível em nosso Portal da Privacidade, acessível a partir do site www.central24horas.com.br.



princípio, ao lado da valorização do trabalho humano, tem a finalidade de assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

A Lei Geral de Proteção de Dados não tem o objetivo de proibir as atividades de tratamento de dados pessoais ou condicioná-las à apenas à vontade do titular. O que a Lei exige de forma indistinta é que os dados sejam tratados sempre em conformidade com a boa fé e aos demais princípios legais, bem como haja a adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas que visem proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Prestados os esclarecimentos introdutórios, Empresa Brasileira de Soluções e Serviços em Teleatendimento Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) sob nº 02.581.508/0001-56, com sede na Rua Victor Civita, N. 77, Bloco 1, 301 Parte, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-004 ("Central 24 Horas"), de forma absolutamente transparente, pela presente POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS — AGENTE DE TRATAMENTO CONTROLADOR evidencia como protege a privacidade e os dados pessoais em seus processos, sistemas, serviços e soluções, descrevendo práticas operacionais — técnicas e administrativas — e legais, conforme a seguir:

1. DEFINIÇÕES BÁSICAS²

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - ANPD: Autarquia Federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional

AGENTES DE TRATAMENTO: o Controlador e o Operador;

BASE LEGAL: é a hipótese prevista na LGPD que autoriza o tratamento de Dados Pessoais;

COMPARTILHAMENTO DE DADOS: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

² Ao longo de Nossa Política, sempre que encontrar uma palavra com a primeira letra maiúscula, o significado poderá ser consultado no Item "Definições Básicas".



CONSENTIMENTO: é a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

CONTROLADOR: é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. É quem determina as finalidades, os propósitos, os meios e, consequentemente, as bases legais para o tratamento dos dados pessoais;

CONTROLADORIA CONJUNTA: Configurada pela determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais Controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do Tratamento de Dados Pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD³;

CONTROLADORIA SINGULAR: Configurada quando as decisões referentes ao mesmo Tratamento competem também a outro(s) Controlador(es), de forma independente, ou seja, sem finalidades comuns, convergentes ou complementares⁴;

CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL OU REGULATÓRIA: é uma hipótese prevista na Lei 13.709/18 que autoriza a utilização de Dados Pessoais sempre que houver uma obrigação em lei ou por alguma autoridade reguladora que exija o tratamento de Dados Pessoais;

DADO PESSOAL: é toda informação referente a uma pessoa natural identificada ou identificável;

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: Os dados por inferência ou diretamente relacionados à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

DADO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE: Informação que em conjunto ou isoladamente, se relacione e/ou permita a identificação de criança de até 12 anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos (Lei 8.069/1990 — Estatuto da Criança e Adolescente);

³ Conforme manifestação orientativa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Disponível em https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf

⁴ Também aplicável a nota de referência número 3;



ENCARREGADO (A) DE DADOS PESSOAIS (*DPO – DATA PROTECTION OFFICER*): é a pessoa natural ou jurídica indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Além do formulário próprio em Nosso Portal da Privacidade, a (o) Nossa (o) Encarregada (o) de Tratamento de Dados Pessoais está disponível via privacidade@central24horas.com.br;

EXECUÇÃO DE CONTRATO OU DE PROCEDIMENTOS PRELIMINARES RELACIONADOS AO CONTRATO: é a base legal que autoriza a utilização de Dados Pessoais quando necessários à celebração ou execução de um contrato, incluídos os procedimentos prévios;

LGPD: é a Lei brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais (Lei 13.709/18) e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14).

INCIDENTE DE SEGURANÇA: é qualquer evento que viole princípios da segurança da informação: Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade de informações;

OPERADOR: é a Pessoa jurídica ou física, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em⁵ nome do Controlador;

TITULAR DOS DADOS: é a Pessoa física identificada ou identificável a quem são referidos os dados pessoais;

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS: é transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

TRATAMENTO: é a prática de qualquer atividade envolvendo dados pessoais;

 PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM AS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA CENTRAL 24 HORAS

⁵ A ANPD já esclareceu que Colaboradores/Funcionários em subordinação laboral/trabalhista às decisões de um Agente Controlador, não se confundem com Operadores, atuam em representação do Controlador.

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
- 25		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

- 2.1. Em respeito aos direitos dos Titulares, no fomento de um ambiente de segurança jurídica, técnica e contratual, em TODAS as atividades de tratamento de dados pessoais, a Central
 24 Horas observa a boa fé e os seguintes princípios:
 - a) Finalidade: Só tratamos dados pessoais para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
 - b) Adequação: Só tratamos dados pessoais de forma compatível com as finalidades de tratamento informadas, previstas em lei e/ou contrato e de acordo com o contexto do tratamento;
 - c) Necessidade: Limitamos as atividades de tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
 - d) Livre acesso: Garantimos, aos titulares, a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
 - e) Qualidade dos dados: Garantimos a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
 - f) Transparência: Garantimos aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
 - g) Segurança: Investimos e utilizamos de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
centra		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

- h) Prevenção: Adotamos medidas físicas e lógicas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- i) Confidencialidade: Aplicamos o acesso hierarquizado com restrição a informações e recursos somente por pessoas autorizadas;
- j) Integridade: Atuamos com foco na precisão das informações e dos métodos de processamento ao qual a informação é submetida, mantendo-a acurada, completa e atualizada;
- k) Disponibilidade: Não medimos esforços para garantir que os usuários autorizados tenham acesso às informações e aos ativos de informação quando necessário;
- Não discriminação: A Central 24 Horas não pratica e não tolera nenhuma violação aos direitos humanos, seja sob a forma de preconceito, discriminação ou assédio, em virtude da raça, cor, origem, convicção religiosa, filosófica, sindical ou política, nacionalidade, sexo, orientação sexual, idade, escolaridade, condição social, física ou mental ou qualquer outra diferença;
- m) Responsabilização e prestação de contas: Adotamos e evidenciamos medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

3. A CENTRAL 24 HORAS COMO AGENTE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A Central 24 Horas executa atividades de tratamento de dados pessoais em absoluta submissão e cumprimento ao que determina: a Constituição da República Federativa do Brasil (a CRFB/88), a Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), a Lei 13.709/18 (LGPD), as Leis que protegem e resguardam a produção intelectual, industrial e a concorrência, 9.610/98, 9.610/98, 9.278/98, ao DL 5.452/43 (CLT), todas as Lei e Regulamentos que direta e/ou indiretamente impactam em nas atividades de tratamento, frameworks de segurança da informação, bem como, melhores práticas nacionais e internacionais, fundamentada no (a):

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
- 235		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

- (i) respeito à privacidade;
- (ii) autodeterminação informativa;
- (iii) liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- (iv) inviolabilidade da intimidade, honra e da imagem;
- (v) desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- (vi) livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- (vii) direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Como um dos principais fornecedores de soluções de *Contact Center* e TIC do país, fornecedora de equipamentos, soluções e serviços dos principais *players* globais de tecnologia, a **Central 24 Horas** se enquadra nas duas classificações de Agentes de Tratamento de Dados Pessoais distintos na Lei 13.709/18 em razão da capacidade de decisão sobre o tratamento dos dados pessoais, ou seja, é **AGENTE DE TRATAMENTO CONTROLADOR e OPERADOR**.

- 3.1. De forma <u>a viabilizar os serviços que lhe são contratados</u>, a **Central 24 Horas** desempenha atividades típicas de **AGENTE DE TRATAMENTO CONTROLADOR** quanto à sua própria atividade empresarial;
- 3.2. E, especificamente, <u>na execução dos serviços que lhe são contratados</u>, a **Central 24 Horas**, prestadora de serviços técnicos especializados, quando designada para executar tarefas específicas definidas em contrato firmado com outros Agentes Controladores (Contratantes) realiza atividades de tratamento de dados pessoais em absoluta observância às determinações destes, classificando-se, assim, em típico AGENTE DE TRATAMENTO OPERADOR nos exatos termos legais;
- 3.3. Independente da dimensão de atuação *Controle ou Operação*, a **Central 24 Horas**:
 - **3.3.1.** Adota medidas organizacionais, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
centra		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
horas		Aprovação	Diretoria-C24H
		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

- **3.3.2.** Segue práticas de segurança da informação em relação aos dados pessoais, mesmo após o término das atividades de tratamento, até o descarte, se houver;
- **3.3.3.** Utiliza soluções, sistemas e ferramentas estruturadas de forma a atender os requisitos de segurança da informação, boas práticas, governança e os princípios gerais previstos na Lei 13709/18 e as normas e regulamentos aplicáveis;
- **3.3.4.** Promove ações de conscientização e *capacitação* (por meio de campanhas lúdicas, treinamentos e workshops) dos seus Colaboradores, a fim de que estes, no desempenho de suas atividades diárias estejam cientes sobre suas obrigações e responsabilidade quanto ao tratamento de dados pessoais;
- **3.3.5.** Com o objetivo de contribuir na consolidação da cultura da proteção à privacidade e aos dados pessoais, a **Central 24 Horas** estabeleceu *Programa de Relacionamento com Fornecedores e Parceiros*, o que viabiliza, o gerenciamento de contratos e aquisições, com observância à LGPD e ao tratamento adequado dos dados pessoais, especificamente, quanto às:
 - **3.3.5.1.** Regras de Relacionamento com fornecedores e parceiros, Agentes de Tratamento Operadores no âmbito de Controle da **Central 24 Horas**;
 - **3.3.5.2.** Gestão de Acesso e Compartilhamento;
 - **3.3.5.3.** Medidas de controle e mitigação dos riscos;
- 3.4. Quanto à responsabilidade dos Agentes na forma do Inciso VI do Artigo 9º da Lei 13.709/18, a Central 24 Horas salienta que suas atividades empresariais, seja em dimensão de controle ou operação, são desempenhadas com a distribuição da responsabilidade nos exatos termos dos Artigos 42 e 43 da LGPD, e mais:
 - **3.4.1.** No Relacionamento com **Agentes de Tratamento Operadores**: Quando necessária a atuação de Agente Operador para atuar em nosso nome, SEMPRE por escrito,

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
735		Aprovação	Diretoria-C24H
hora		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

mediante "Instruções de Operação de Tratamento de Dados Pessoais" delimitamos o objeto, a duração, a natureza e a finalidade do Tratamento dos dados, os tipos de Dados Pessoais envolvidos e os direitos e obrigações e responsabilidades relacionados ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

- 3.4.2. No Relacionamento com Agente de Tratamento Controladores Singulares: Como mencionado nas Definições Básicas, quando as decisões referentes ao mesmo Tratamento competem também a outro(s) Controlador(es) de forma independente, ou seja, sem finalidades comuns, convergentes ou complementares com as da Central 24 Horas, cada Controlador ressalvado eventual Tratamento no âmbito das relações de consumo, será responsável nos limites de sua ação e/ou omissão. Desta forma, como boa prática alinhada aos princípios legais, especialmente, os da Transparência e Responsabilização e prestação de contas, as Nossas relações com Controladores Singulares, sempre que possível, são regidas por acordos que abordam questões técnicas e de efetivo desempenho das atividades de Tratamento em cumprimento legal e regulatório.
- 3.4.3. No Relacionamento com Agentes de Tratamento Controladores Conjuntos: Se presente a Controladoria Conjunta, configurada pela determinação comum, conjunta ou convergente, por dois ou mais Controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do Tratamento de Dados Pessoais, considerando que como já sinalizado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a definição das funções dos controladores conjuntos implica consequências no que diz respeito às funções dos agentes de Tratamento e aos direitos dos titulares, a Central 24 Horas, formaliza, sempre que possível, por escrito, as respectivas responsabilidades de cada Um em relação cumprimento do que determina a LGPD e demais leis e regulamentos aplicáveis.

4. DO EXERCÍCIO DE DIREITOS PELOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

4.1. Especificamente quando aos direitos assegurados pela LGPD e respeitados pela **Central 24 Horas**, sempre que nos solicitar, um (a) Titular, terá direito a:

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
- 235		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

- **4.1.1.** Confirmação de Existência de Tratamento;
- **4.1.2.** Acesso aos dados;
- **4.1.3.** Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- **4.1.4.** Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- **4.1.5.** Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da Autoridade Nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- **4.1.6.** Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- **4.1.7.** Informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais a Central 24 Horas realizou uso compartilhado de Dados Pessoais;
- **4.1.8.** Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e as consequências da negativa;
- **4.1.9.** Revogar o consentimento, nos termos do §5º do art. 8º da LGPD;
- **4.2.** Todas as requisições dos titulares poderão ser feitas mediante contato com a Nossa Encarregada de Proteção de Dados, acessível via:
 - **4.2.1.** Endereço eletrônico: privacidade@central24horas.com.br
 - **4.2.2.** Portal da Privacidade
 - **4.2.3.** Ou via correspondência física:

Aos Cuidados de

Encarregada (o) de Tratamento de Dados Pessoais Central 24 Horas

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
735		Aprovação	Diretoria-C24H
hora		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

Rua Victor Civita, N. 77, Bloco 1, 301 Parte Jacarepaguá - Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-004

4.3. Cumpre esclarecer que a viabilização do exercício dos direitos previstos na Lei 13.709/18 depende de correlação com a base legal que justificou o tratamento. Inafastáveis, independente da base de legitimação do tratamento, os diretos de confirmação de existência de tratamento, acesso aos dados e correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, outros, dependerão da correlação mencionada.

5. COMO SÃO COLETADOS OS DADOS PESSOAIS TRATADOS POR NÓS

- 5.1. A depender da expectativa e/ou da efetiva natureza do relacionamento Conosco, há situações em que o próprio Titular (i) desejando contratar nossos produtos e/ou serviços; (ii) desejando atendimento em relação aos produtos e /ou serviços contratados; (iii) desejando concorrer aos nossos postos de trabalho, nos fornece Dados Pessoais e outras, sempre para finalidades legítimas, específicas, lícitas e relacionadas com as nossas atividades empresariais, em que Dados Pessoais poderão ser obtidos diretamente por Nós, para informações específicas o (a) Titular deverá entrar em contato com o (a) Nosso (a) Encarregado (a) de Tratamento de Dados Pessoais através dos canais mencionados nesta Política.
 - 5.1.1. No Relacionamento com o Cliente Pessoa Física (Pessoa Natural): No relacionamento pré, durante ou pós contratação Para as finalidades específicas de (i) realização de análise de risco de crédito; (ii) subsidiar a concessão ou extensão de crédito e a realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro à Central 24 Horas; (iii) operacionalização a execução de contratos; Limitado ao mínimo necessário, atento às vedações legais aplicáveis, trataremos, dentre outros que atendam aos princípios da finalidade, adequação e necessidade, os seguintes dados pessoais (a) simples: Nome Completo, Nome Social, Carteira de identidade (RG), Cadastro da Pessoa Física (CPF), Cédula de identidade de estrangeiro (CIE), Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), estado civil, data de

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
centra		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
435		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

nascimento, naturalidade, nacionalidade, filiação, endereços físicos e eletrônicos, histórico e escore de crédito⁶;

- 5.1.2. No Relacionamento com o Cliente Pessoa Jurídica: No relacionamento pré, durante ou pós contratação para as finalidades especificas de (i) realização de análise de risco de crédito; (ii) subsidiar a concessão ou extensão de crédito e a realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro à Central 24 Horas; e (iii) consequente operacionalização dos produtos e/ou serviços destinados à Pessoa Jurídica, limitada ao mínimo necessário, no que se refere as atividades de proteção do crédito em conformidade com as Leis já mencionadas, acrescidas, diante da responsabilidade dos sócios/acionista e administradores (e outros garantidores), a Lei 6404/1976, a Lei 10406/2002 e a Lei 11101/2005, sem a exclusão de qualquer outro dispositivo legal aplicável, atos constitutivos e/ou instrumentos de outorga de poderes, dispensada a prévia manifestação do consentimento, Nós Tratamos Dados Pessoais de Pessoas Naturais vinculadas à análise do risco e contratação válida e regular com a Pessoa Jurídica.
- 5.1.3. Sem prejuízo de atendimento e/ou esclarecimentos específicos, se desejados pelo (a) Titular, em atendimento aos princípios estabelecidos na Lei 13.709/18, especialmente, o da transparência, quanto ao relacionamento com os Nossos Clientes Pessoas Naturais e/ou seus prepostos/representantes legais (quando Pessoa Jurídica), de forma não exaustiva, informamos:

HIPÓTESE DE TRATAMENTO	BASE DE LEGITIMAÇÃO DA ATIVIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (SIMPLES)
Para a execução ou procedimentos	Inciso V, do Artigo 7º
antecedentes ao contrato	Lei 13.709/18
Para a Proteção do Crédito, inclusive	Inciso X, do Artigo 7º
quanto ao disposto na legislação	Lei 13.709/18
pertinente	
Para o cumprimento de obrigação legal	Inciso II, do Artigo 7º
e/ou regulatória	Lei 13.709/18

⁶ Súmula 550 STJ: A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

SGPPDP-C24H Documento 001 - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais_C24H Agente Controlador V1.0

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
horas		Aprovação	Diretoria-C24H
		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

Para o Exercício de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral	Inciso VI, do Artigo 7º Lei 13.709/18
Para atender ao nosso Interesse Legítimo, observados os limites e requisitos legais	Inciso IX, do Artigo 7º Lei 13.709/18

5.1.4. No Relacionamento com os(as) Candidatos (as) aos Nossos Postos de Trabalho: Seja em meio digital ou físico, de forma adequada e limitada ao mínimo necessário Nós tratamos os Dados Pessoais dos Candidatos (as)⁷ aos nossos postos de trabalho de forma humanizada, empática e responsável, assim, desde já informamos que:

EM RELAÇÃO AO TITULAR	TRATAMOS OS SEGUINTES DADOS	PARA ATINGIR AS SEGUINTES FINALIDADES LEGÍTIMAS	EM CONFORMIDADE COM AS SEGUINTES BASES LEGAIS
	PESSOAIS		
que nos envia - em meio físico ou digital - currículo para participar dos processos seletivos de Candidatura Regular	Tratamos Dados Pessoais Simples Diretamente Associados ao Titular;	Viabilizar a participação em nossos processos de recrutamento e seleção; Nos comunicar com o(a) Candidato(a) para todos os fins relacionados aos processos de recrutamento e seleção; Manter os dados em nosso banco de talentos pelo período de 02 (dois) anos, ou até que revogue o consentimento;	Consentimento na forma do Inciso I, do Artigo 7º da Lei 13.709/2018, a LGPD
que nos envia - em meio físico ou digital - currículo para participar dos processos seletivos de Candidatura PcD	Tratamos Dados Pessoais Simples e Sensíveis Diretamente Associados ao Titular;	Viabilizar a participação do(a) Candidato(a) em nossos processos de recrutamento e seleção, integradores e inclusivos "PcD" em conformidade com o Decreto 3298/99 e o Artigo 93 da Lei 8213/91; Nos comunicar com o(a) Candidato(a) para todos os fins relacionados aos processos de recrutamento e seleção; Manter os dados em nosso banco de talentos pelo período de 02 (dois) anos, ou até que revogue o consentimento;	Quanto aos dados pessoais simples, Consentimento na forma do Inciso I, do Artigo 7º, quanto aos dados pessoais sensíveis, relacionados à deficiência, Consentimento específico e destacado na forma do Inciso I, do Artigo 11º da Lei 13.709/2018 em conformidade com Decreto 3298/99 e o Artigo 93 da Lei 8213/91;

5.1.5. No Relacionamento com os (as) Nossos (as) Colaboradores (as): Quando firmada relação de trabalho ou de prestação de serviços entre Nós e um (a) Titular, considerando a necessidade de execução do contrato de trabalho e o cumprimento

⁷ A candidatura de um (a) Titular mediante o Tratamento de Dados Pessoais – *simples ou sensíveis*, quando *necessário* - não gera qualquer expectativa de direito e/ou vínculo empregatício com a Central 24 Horas;

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE	Versão Atual	1.0
central	GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
- 25		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

das obrigações legais e regulatórias dele decorrentes, de forma adequada e limitada ao mínimo necessário, informamos que:

EM RELAÇÃO AO	TRATAMOS OS SEGUINTES	PARA ATINGIR AS SEGUINTES	EM CONFORMIDADE COM AS
TITULAR Colaborador (a)	DADOS PESSOAIS Nome, Estado Civil; Nºs	FINALIDADES LEGÍTIMAS Admissão, Cumprimento e Execução do	SEGUINTES BASES LEGAIS Inciso V, do Artigo 7º da Lei
comportation (c)	CTPS, RG, CPF, NIT/PIS, Telefone Celular e Residencial; Endereço; E- mail; Título de Eleitor; Certificado de Reservista;	Contrato de Trabalho	13.709/2018
	Dados Bancários; Certificados de Escolaridade; Qualificação e Experiência Profissional;		
Colaborador (a)	Dado Pessoal Sensível: Dados de Saúde (PcD)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7º da Lei 13.709/2018 em conformidade com Decreto 3298/99 e o Artigo 93 da Lei 8213/91
Colaborador (a) Regular e PcD	Dado Pessoal Sensível: Atestado de Saúde Ocupacional (Admissional e Demissional)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7º da Lei 13.709/2018
Colaborador (a)	Dado Pessoal Sensível: Dados de Saúde (Afastamento por motivo de saúde)	Cumprimento e Execução do Contrato de Trabalho	Alínea " d", II, do Artigo 11º da Lei 13.709/2018
Colaborador (a)	Dados Pessoais Sensíveis: Identificação Biométrica	Controle de Jornada	Alínea " d", II, do Artigo 11º da Lei 13.709/2018
Colaborador (a)	Dados Pessoais Sensíveis: Identificação Biométrica	Regular Exercício de Monitoramento de Acesso e Vídeo Vigilância	Alínea " d", II, do Artigo 11º da Lei 13.709/2018
Colaborador (a)	Dados Pessoais Simples: Nome, Matrícula e Usuário	Viabilizar o Desempenho das atividades laborais mediante acesso aos sistemas em cumprimento e execução ao Contrato de Trabalho	Inciso V, do Artigo 7º da Lei 13.709/2018
Dependentes do Colaborador (a)	Dados Pessoais Simples (de Terceiros): Genitores; Cônjuge ou Companheiro (a)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7º da Lei 13.709/2018
Dependentes do Colaborador (a)	Dados de Criança e/ ou Adolescente: Dependentes (Prole, Tutelados)	Cumprimento de Obrigação Legal	Inciso II, do Artigo 7º da Lei 13.709/2018

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
centra		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
435		Aprovação	Diretoria-C24H
hore		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

5.1.6. Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes: No âmbito das relações laborais, por força, de imperativos legais e regulatórios, a Central 24 Horas realiza operações de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes com a devida observância ao que determina o Artigo 14 da Lei 13709/2018.

6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 6.1 A Central 24 Horas NÃO comercializa Dados Pessoais e só os compartilha para propósitos legítimos, específicos, que não representem lesão ou ameaça aos direitos e liberdades fundamentais dos Titulares, desde que: (i) permitido/determinado por lei e/ou regulamento; (ii) necessário para atender aos Nossos interesses legítimos como Controlador, sempre observados os requisitos legais; (iii) necessário ao cumprimento de contratos ou procedimentos preliminares; (iv) mediante consentimento prévio e expresso do Titular; (v) determinado judicialmente (ou por Autoridade competente); ou ainda (vi) para o exercício de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, o que inclui, mas não limita:
 - 6.1.1 O compartilhamento com outros Agentes de Tratamento (Controladores Conjuntos, Singulares e/ou Operadores), inclusive, Autoridades e Órgãos Públicos para fim de cumprimento obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, nos limites e em observância ao DL 5452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e demais leis e regulamentos aplicáveis;
 - 6.1.2 Em conformidade e nos limites da Lei 12.414/2011 (com a devida observância às vedações contidas no parágrafo 3º do artigo 3º e aos requisitos de legitimação da atividade de Tratamento estabelecidos pela Lei 13.709/2018), na qualidade de Fonte e Consulente, a **Central 24 Horas** compartilha e consulta dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou

⁸ § 3º Ficam proibidas as anotações de: I - informações excessivas, assim consideradas aquelas que não estiverem vinculadas à análise de risco de crédito ao consumidor; e II - informações Sensíveis, assim consideradas aquelas pertinentes à origem social e étnica, à saúde, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas.

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
Laras		Aprovação	Diretoria-C24H
Hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

em andamento realizadas por pessoa natural ou jurídica com os Gestores dos Bancos de Dados (GBD ou Birô/Bureaux⁹);

- 6.1.3 Quando configurada inadimplência, no exercício regular de direito¹⁰, a **Central 24 Horas** solicita a inscrição restritiva aos Gestores dos Bancos de Dados mediante o compartilhamento das seguintes informações do (a): a) Nome do Devedor; b) CPF ou CNPJ do Devedor (Se Empresário Individual ou SLU); c) Nome do credor; d) Número do contrato; e) Vencimento; f) Valor líquido e certo da dívida;
- 6.1.4 Nos termos das Leis 9.492/97 e 13775/2018, devidamente observado o Provimento 87/2019 do Conselho Nacional de Justiça, a **Central 24 Horas** compartilha para fim de registro e publicização, os títulos e outros documentos de dívidas inadimplidas por Pessoas Naturais e pagáveis ou indicadas para aceite ou devolução nas praças de competência dos Tabelionatos de Protesto;
- 6.1.5 Para o desempenho de Nossas atividades empresariais, poderemos compartilhar Dados Pessoais com fornecedores de serviços, como por exemplo, escritórios de contabilidade, agências de publicidade, marketing, empresas de cobrança, consultorias e auditorias, dentre outros;
- 6.1.6 Quando Parte e/ou Interessada em processo administrativo, judicial e/ou arbitral, a Central 24 Horas poderá compartilhar Dados Pessoais com Advogados e/ou Escritórios de Advocacia que mediante contrato e dever de confidencialidade, devidamente observado o que determina a LGPD, em conformidade com o inciso LV do artigo 5º da CRFB/88, atuarão no exercício do contraditório e da ampla defesa.

⁹ Pessoa jurídica responsável pela administração de banco de dados, bem como, pela coleta, armazenamento, análise e acesso de terceiros aos dados armazenados na forma da Lei 12.414/11 e regulamentação complementar. Para consultar as Diretrizes e/ou Políticas de Privacidade dos principais Gestores de Bancos de Dados consultados por Nós, acesse: SERASA: https://www.serasa.com.br/protecao-dados-pessoais/como-Tratamos-seus-dados; SPC Brasil: https://www.spcbrasil.org.br/privacidade/categoria/politica-de-privacidade;

¹⁰ Em relação aos apontamentos negativos formalizados em desfavor de Consumidor (Pessoa Natural) na forma do que permite o artigo 43 da Lei 8078/90, o Código de Defesa do Consumidor);

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
735		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

6.1.7 Em caso de venda, fusão, aquisição, reorganização societária, dissolução de uma das Empresas do Grupo ou outra operação semelhante, Dados Pessoais poderão integrar os ativos intangíveis compartilhados ou transferidos em razão da operação.

7. DA RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- **7.1.** Ressalvadas as hipóteses de retenção para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatórias ou para o exercício de direitos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais, os dados pessoais tratados sob o controle da **Central 24 Horas** permanecerão sob custódia até que:
 - **7.1.1.** A finalidade seja exaurida;
 - **7.1.2.** O consentimento seja revogado, se tratado mediante a manifestação da autonomia da vontade do titular;
 - **7.1.3.** Haja determinação judicial em sentido contrário;
 - **7.1.4.** Exaurida a finalidade e eventual necessidade legal de retenção e guarda, os dados pessoais serão excluídos mediante o uso de métodos de descarte seguro;

8. DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

8.1. Alguns dos nossos Fornecedores possuem servidores localizados fora do Brasil, assim, é possível que haja a transferência internacional de Dados Pessoais. Sendo este o caso, a Central 24 Horas se certifica de que tais transferências ocorram apenas se o Fornecedor comprovar o cumprimento de todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais aplicáveis (no Brasil e nos países em que seus servidores estão localizados) e mantenham um nível de conformidade semelhante ou mais rigoroso do que o previsto na Lei 13.709/18, a LGPD.

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE	Versão Atual	1.0
central	GESTÃO DA	Versão Anterior	*
	PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
735		Aprovação	Diretoria-C24H
hora		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

9. COMO A CENTRAL 24 HORAS PROTEGE OS DADOS PESSOAIS

9.1. A **Central 24 Horas** adota proteções lógicas, físicas, administrativas e organizacionais, além de técnicas de segurança da informação consolidadas nas boas práticas internacionais, referenciadas em normas e diretrizes técnicas legalmente permitidas para preservar a privacidade e a proteção dos Dados Pessoais.

10. DA (O) ENCARREGADA (O) DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 10.1. A (O) Nossa (o) Encarregada (o) de Tratamento de Dados Pessoais, está acessível via:
 - 10.1.1. Endereço eletrônico: privacidade@central24horas.com.br
 - 10.1.2. Portal da Privacidade
 - **10.1.3.** Ou via correspondência física:

Aos Cuidados de

Encarregada (o) de Tratamento de Dados Pessoais Central 24 Horas

Rua Victor Civita, N. 77, Bloco 1, 301 Parte

Jacarepaguá - Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-004

11. DA FORMAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS

11.1. Com o objetivo de demonstrar a efetividade de nossas ações de conformidade, governança e melhoria contínua em Proteção e Proteção de Dados Pessoais, atuamos de forma orientada à formação de evidências documentais que atestem que adotamos medidas de segurança, técnicas e administrativas para proteger os Dados Pessoais de Incidentes de Segurança da Informação.

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE	Versão Atual	1.0
central	GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
- 25		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

- **11.2.** De forma não exaustiva, informamos os principais documentos preparados e atualizados mediante registro e controle de versão (e vigência) integram o Nosso Sistema de Gestão da Privacidade e Proteção de Dados Pessoais:
 - **11.2.1.** Políticas de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: Documentos que estabelecem diretrizes gerais a serem observadas em todos os Nossos Tratamentos de Dados Pessoais, tanto quando no Controle, quanto quando na Operação das Atividades de Tratamento de Dados Pessoais;
 - **11.2.2.** Avisos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: Documentos que refletem o disposto na Política mediante abordagem simplificada (*contemplados ou não, recursos visuais e/ou audiovisuais*);
 - 11.2.3. Aditivos Contratuais: Instrumentos firmados para, por meio de inserção/alteração de cláusulas contratuais, estabelecer as diretrizes de observância pelas Partes e suas responsabilidades quanto ao tratamento de dados pessoais e cujos contratos (prestação de serviços, fornecimento de produtos, de trabalho e outros) contemplem de forma específica cláusulas quanto aos direitos e obrigações oriundos da Lei 13.709/18, a LGPD;
 - **11.2.4.** Termos Autônomos de Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais: Firmados quando inexistente instrumento formal que comporte a assunção do compromisso por cláusula originária ou aditivo;
 - **11.2.5.** Acordos de Tratamento de Dados Pessoais: Instrumentos que estabelecem, responsabilidades, obrigações e boas práticas, quando presente o Co Controle ou Controladoria Singular entre a Central 24 Horas e outro Agente de Tratamento Controlador;
 - **11.2.6.** Instruções de Operação de Tratamento de Dados Pessoais: Mediante Cláusulas Contratuais (originárias ou ajustadas por aditivo) ou Instruções Autônomas, quando da delegação de atividades de tratamento de dados pessoais na qualidade

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
centra		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
- 25		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

de Agente Controlador, por escrito, Nós documentamos e determinamos as finalidades, os propósitos, os meios e consequentemente as bases legais para Operação, bem como, os critérios de acompanhamento da regularidade no cumprimento das determinações;

- **11.2.7.** Aceite e Concordância com as Instruções de Operação de Tratamento de Dados Pessoais: Manifestação de natureza estritamente técnica e operacional, firmada por escrito por representante do Operador, legal e tecnicamente capacitado;
- 11.2.8. Políticas de Segurança da Informação: Documentos internos não publicizáveis (por medida de segurança) que estabelecem padrões, normas e diretrizes a todos utilizam infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação da Central 24 Horas, com o objetivo mitigar os riscos relacionados à Segurança da Informação;

12. DÚVIDAS SOBRE ESTA POLÍTICA E/OU ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA CENTRAL 24 HORAS

12.1. A (O) Nossa (o) Encarregada (o) de Tratamento de Dados Pessoais está à disposição conforme canais mencionados nesta Política.

13. MUDANÇAS EM NOSSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS — AGENTE DE TRATAMENTO CONTROLADOR

Na busca constante por ser cada dia melhor, a nossa "Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais — Agente de Tratamento Controlador", anualmente, a contar da data de divulgação, ou sempre que necessário, será revisada e atualizada para demonstrar o nosso cumprimento legal, governança e melhoria contínua, bem como, para acompanhar adequações, alterações, inclusões de regência legal e regulatória sobre Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, especialmente, as emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a ANPD.

Versão Atual 1.0, Novembro de 2022.

		Documento SGPPDP	Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Agente de Tratamento Controlador -
		ID#	001
atral	SISTEMA DE GESTÃO DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Versão Atual	1.0
central		Versão Anterior	*
		Emissão	LMN-PPPDP, Nov/2022
735		Aprovação	Diretoria-C24H
hors		Divulgação	Pública, em 15/03/2023
		Vigência	Indeterminada
		Revisão	Anual, a contar da data de divulgação ou sempre que necessário para a manutenção da conformidade legal e/ou regulatória

Elaborada por:

Versão	Data	Nome	Cargo / Função	Assinatura
1.0	Nov/2022	Maria Luciana P. de Souza	Lumina Digital, PPPDP	1

Aprovada por:

Versão	Data	Nome	Cargo / Função	Assinatura
1.0	Nov/2022	Eduardo Machado	Diretor	

Política estabelecida Com base na/no (s):

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil;
- ✓ Lei 8078/90 Código de Defesa do Consumidor;
- ✓ Lei 12965/2014 Marco Civil da Internet;
- ✓ Lei 13709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- ✓ Leis 9610/98, 9610/98, 9278/98 Que dispõem sobre Proteção intelectual, industrial e a concorrência;
- ✓ Lei 12.414/2011, Lei Complementar 166/2019, Decreto 9936/2019, Resolução 4737/2019, e Lei 12.965/2014 Que regulamentam as atividades de Tratamento de Dados Pessoais para a proteção do crédito;
- ✓ DL 5452/43 Consolidação das Leis do Trabalho;
- ✓ Decreto 3298/99 e Lei 8213/91 Que regulamentam a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- ✓ ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, 27002:2013, 27005:2019, 31000:2018 e 27701:2019
- ✓ Orientações ANPD (disponíveis em https://www.gov.br/anpd/pt-br).